

Ministro prevê salário estável

São Paulo — O contrato coletivo de trabalho será a política salarial do plano de estabilização da economia, segundo informações do ministro Fernando Henrique Cardoso. Ele explicou que após a aprovação das medidas de ajuste pelo Congresso Nacional, a equipe parte para a formalização do mecanismo da URV e sua transformação em referência estável. "Isso é um caminho importante para os trabalhadores, porque quando isso tiver acontecido, o salário vai ser estável justamente porque tem URV", acrescentou. "Não vai mais haver manipulação dos salários", garantiu. De acordo com Fernando Henrique acaba o sistema de "para uma inflação X, dar Y para os salários".

A política salarial atual ou qualquer outra que a substitua vai acabar a partir do momento

em que a URV for estável. "Teremos o contrato coletivo e a fixação do salário mínimo pelo Governo", informou Fernando Henrique, para esclarecer que as relações e as negociações entre trabalhadores e empregadores passam a ser regidas pelo contrato coletivo. Na prática, o contrato coletivo representa a livre negociação, pois o pressuposto deste modelo é a drástica redução do papel do Estado nas relações entre capital e trabalho, seja na definição dos salários, seja nas leis ou conflitos trabalhistas.

A negociação do contrato coletivo já está ocorrendo no âmbito do Ministério do Trabalho, que realizou um total de 10 audiências públicas, envolvendo representantes do próprio Governo, dos empresários e das centrais sindicais. A partir destes encontros, está sendo elaborado um documento sobre a realidade atual das relações capital-trabalho no Brasil e as mudanças necessárias para a implementação do novo modelo de negociações sindicais e salariais.